

Em face de Representados:

- a. **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, inscrito no no CNPJ **01.612.092/0001-23**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, Park Lozandes, Goiânia – GO;
- b. **SECRETARIA MUNICIPAL DE ENGENHARIA DE TRÂNSITO – SET**, inscrito no CNPJ **17.736.850/0001-55**, com endereço em BR 153 com, R. Recife, 703 - Alto da Glória, Goiânia - GO, 74815-780;
- c. **SANDRO DA MABEL ANTONIO SCRODO**, **prefeito municipal de Goiânia**, com domicílio no Paço Municipal, Park Lozandes, Goiânia – GO;
- d. **FRANCISCO TARCÍSIO RIBEIRO DE ABREU**, Secretário Municipal de Engenharia de Trânsito com domicílio na BR 153 com, R. Recife, 703 - Alto da Glória, Goiânia - GO, 74815-780
- e. **OUTROS GESTORES RESPONSÁVEIS**, a serem identificados no curso da instrução processual.

Pelas as Razões de Fato de Direito a seguir delineados:

OBJETO DA REPRESENTAÇÃO

A presente Representação, com pedido de medida cautelar *inaudita altera pars*, tem por objeto a apuração de graves irregularidades no processo administrativo que visa à contratação da empresa **JARDINPLAN URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO**, por meio de adesão (“carona”) à Ata de Registro de Preços (ARP) oriunda de pregão eletrônico realizado pelo Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (DETRAN/PI), para a prestação de serviços de sinalização viária no Município de Goiânia, em manifesta afronta à Lei nº 14.133/2021, ao Decreto nº 11.462/2023, e aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

SÍNTESE FÁTICA DETALHADA

Conforme noticiado em reportagem do jornal O Popular, datada de janeiro de 2026,

a Secretaria Municipal de Engenharia de Trânsito (SET) de Goiânia articula a contratação da referida empresa pelo valor de R\$ 13,3 milhões, valendo-se do expediente excepcional da adesão a uma ata de registro de preços de outro ente da federação. Tal procedimento, por si só, já acende um alerta, mas o quadro fático que o circunda revela um cenário de reiterado descumprimento das normas de licitação e de potencial dano ao erário.

Os fatos, que constituem prova indiciária pré-constituída, podem ser assim cronologicamente sintetizados:

- a. **Contratações Anteriores:** A mesma empresa, **JARDINPLAN URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO**, já foi beneficiada por contratações similares via adesão em 2024, no valor de R\$ 30,8 milhões, indicando um padrão de utilização deste mecanismo como regra, e não como exceção.
- b. **Tentativa Frustrada e Alerta do TCM-GO:** Em 2025, uma tentativa de contratação de vulto ainda maior (R\$ 167 milhões), envolvendo a mesma empresa em um consórcio, foi tempestivamente barrada por este Egrégio Tribunal de Contas, que apontou irregularidades e indícios de superfaturamento. Tal precedente demonstra não apenas a recorrência da prática, mas também a prévia ciência dos gestores acerca da sua questionável legalidade.
- c. **Parecer Contrário da PGM:** A Procuradoria-Geral do Município (PGM), em parecer técnico fundamentado, manifestou-se contrariamente à nova adesão, apontando vícios insanáveis que maculam o processo desde a sua origem. Dentre os pontos levantados pela PGM, destacam-se:
 - o **Inexistência de Demanda Certa e Determinada:** A contratação não se baseia em um levantamento técnico preciso das necessidades da administração, tratando o objeto de forma genérica e abstrata.
 - o **Objeto Genérico e Indeterminado:** A ausência de especificação clara do que será executado viola a própria essência do planejamento administrativo e do sistema de registro de preços.
 - o **Inadequação do Instrumento Jurídico:** A PGM concluiu que a adesão à ARP não é o meio adequado para a contratação de serviços de natureza imprevisível, para os quais se exige licitação própria.
 - o **Existência de Contrato Vigente Subutilizado:** A urgência alegada para justificar a adesão é afastada pela existência de um contrato em vigor com a empresa Planex Engenharia, cujo saldo de R\$ 1,65 milhão foi minimamente utilizado, demonstrando a ausência de perigo real e imediato que justifique a supressão do dever de licitar.
- d. **Pressão Administrativa:** Há, ainda, a notícia de pressão para a formalização do contrato em razão do vencimento iminente da Ata de Registro de Preços (26 de janeiro de 2026), o que configura uma tentativa de atropelar os ritos de controle e consolidar uma situação flagrantemente ilegal.

O conjunto destes fatos evidencia um deliberado e reiterado intento de burlar o procedimento licitatório, utilizando-se de um subterfúgio – a adesão à ata de registro de preços – de forma desvirtuada e em total desacordo com a legislação e a jurisprudência pátria.

III. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A pretensão da Administração Municipal de Goiânia é manifestamente ilegal e deve ser coibida por esta Corte de Contas. A argumentação jurídica que sustenta esta representação se desdobra nos seguintes tópicos:

Do Regime Jurídico do Sistema de Registro de Preços (SRP) e da Natureza Excepcional da Adesão (“Carona”)

O Sistema de Registro de Preços, disciplinado nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023, é um procedimento auxiliar de contratação, concebido para situações específicas, como a necessidade de contratações frequentes ou a conveniência de aquisições parceladas. A adesão a uma ata de registro de preços por um órgão ou entidade não participante (o “carona”) é uma faculdade ainda mais restrita, de caráter absolutamente excepcional.

A jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas, incluindo esta Egrégia Corte, é pacífica no sentido de que a adesão não pode ser utilizada como mecanismo substitutivo da licitação. Trata-se de uma ferramenta para atender a demandas pontuais e imprevistas, e não para viabilizar contratações rotineiras e planejáveis, como é o caso da manutenção da sinalização viária de uma capital.

O uso reiterado e sistemático de “caronas”, como se observa no caso em tela, desnatura o instituto e configura um claro desvio de finalidade, ferindo de morte o princípio constitucional do dever de licitar (art. 37, XXI, da Constituição Federal).

Da Ilegalidade do Objeto Indeterminado e da Violação ao Princípio do Planejamento

Um dos vícios mais graves do processo em análise é a indeterminação do seu objeto. O parecer da PGM é categórico ao afirmar a “inexistência de demanda certa e determinada” e o “objeto genérico e indeterminado”.

O art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021, ao definir o termo de referência, exige a “definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato”. O próprio Sistema de Registro de Preços, embora admita uma incerteza quanto ao quantitativo exato a ser contratado, jamais pode prescindir da certeza e da determinação do objeto. A contratação de “serviços de implantação e manutenção de sinalização” de forma genérica, sem a especificação dos locais, dos tipos de serviço e das quantidades estimadas com base em estudos técnicos, é nula de pleno direito.

Tal prática viola frontalmente o **princípio do planejamento**, erigido à condição de norteador da nova Lei de Licitações em seu art. 5º e detalhado no art. 18, que impõe à Administração o dever de elaborar estudos técnicos preliminares para caracterizar o interesse público e a melhor solução para a sua satisfação. A ausência de planejamento adequado, substituído pela cômoda e ilegal adesão a uma ata genérica, é a antítese do que preceitua a lei.

Ademais, o art. 8º, VII, do Decreto nº 11.462/2023, impõe ao órgão participante (e, por extensão, ao aderente) o dever de se assegurar de que a contratação atenda aos seus interesses, “sobretudo quanto aos valores praticados”. Essa análise de vantajosidade, contudo, torna-se impossível diante de um objeto genérico, pois não há como comparar preços de algo que não se sabe exatamente o que é.

Da Extrapolação da Ata de Registro de Preços e da Ilegalidade na Contratação da “Administração Local”

Outro ponto de flagrante ilegalidade, também apontado pela PGM, reside na tentativa de contratar o item “administração local”, no valor de R\$ 1 milhão. O art. 23 do Decreto nº 11.462/2023 veda expressamente o acréscimo de quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços. A adesão, por sua natureza, deve se limitar estritamente aos itens e condições registrados na licitação original.

A inclusão de um item unitário como “administração local”, que representa custos indiretos da contratada, em uma adesão, além de potencialmente violar os limites quantitativos (a PGM aponta que a legislação limita a contratação a 50% do item), representa uma extrapolação indevida do objeto da ata, configurando um verdadeiro “aditivo” ao contrato original por via transversa e ilegal.

Do Desvio de Finalidade e da Caracterização do Erro Grosseiro (Art. 28 da LINDB)

O conjunto da obra – o histórico de adesões, a desconsideração do alerta prévio do TCM-GO, o menoscabo ao parecer técnico da PGM e a insistência na contratação de um objeto genérico – revela um quadro inequívoco de desvio de finalidade. A Administração não busca a solução mais eficiente e vantajosa para o interesse público, mas sim um atalho para contratar uma empresa específica, ao arrepio do dever constitucional de licitar.

Tal conduta amolda-se perfeitamente ao conceito de **erro grosseiro**, previsto no art. 28 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), com a redação dada pela Lei nº 13.655/2018. Não se trata de mera divergência interpretativa, mas de uma violação crassa e inescusável de normas e princípios basilares do Direito Administrativo. Os gestores responsáveis, ao ignorarem os múltiplos alertas técnicos e jurídicos, assumem o risco de uma decisão evidentemente ilegal, devendo por ela responder pessoalmente.

DO FUMUS BONI IURIS

A plausibilidade jurídica do direito invocado (*fumus boni iuris*), requisito indispensável para a concessão da medida cautelar, encontra-se robustamente configurada. Embora a presente representação se fundamente, neste momento inicial, em matéria jornalística, tal fato não apenas não a invalida, como reforça a necessidade de atuação imediata desta Corte de Contas.

A reportagem veiculada em jornal de grande circulação constitui elemento indiciário idôneo e suficiente para deflagrar o controle externo, especialmente ao narrar fatos de extrema gravidade e atualidade, cuja verossimilhança jurídica é manifesta. O veículo de imprensa noticia, com especificidade, a existência de um parecer técnico da Procuradoria-Geral do Município (PGM) contrário à contratação e, ainda, um precedente deste próprio Tribunal de Contas que barrou manobra semelhante, o que confere elevada credibilidade aos fatos alegados.

A ausência de acesso, pelo representante, aos documentos administrativos formais, longe de enfraquecer a pretensão, evidencia a assimetria informacional inerente à relação entre Administração e administrado, tornando a intervenção fiscalizatória o único caminho para a elucidação dos fatos. Com efeito, inverte-se o ônus argumentativo: cabe à Administração, detentora dos meios de prova, demonstrar a regularidade, a vantajosidade e o respeito aos limites da adesão pretendida, e não ao representante o encargo de produzir prova pré-constituída exauriente.

A plausibilidade do direito, portanto, decorre da manifesta coerência entre os fatos noticiados e as vedações expressas no ordenamento jurídico. A narrativa jornalística descreve um cenário fático em que a excepcionalidade da adesão à ata de registro de preços (a “carona”) é tratada como regra, e um objeto contratual genérico e indeterminado é utilizado em um procedimento – o Sistema de Registro de Preços – que pressupõe a padronização e a certeza do objeto. Tais elementos indiciários são suficientes para caracterizar a fumaça do bom direito e justificar a necessidade de apuração aprofundada por este Tribunal, em defesa do erário e do dever constitucional de licitar.

DO PERICULUM IN MORA

O perigo da demora (*periculum in mora*) resta igualmente caracterizado pela iminência da consumação de um ato com potencial lesivo ao patrimônio público. Conforme noticiado, a Ata de Registro de Preços que se pretende utilizar possui validade prestes a expirar (26 de janeiro de 2026), o que gera uma indevida pressão administrativa para a formalização célere do contrato, atropelando os ritos de controle e a análise criteriosa de sua legalidade.

O risco não reside na certeza do ilícito, mas no tempo administrativo que, se não interrompido, levará à consolidação de efeitos financeiros de difícil ou impossível reparação. A assinatura do contrato, ainda que para uma execução temporária, gerará despesas e obrigações para o Município. Uma posterior anulação, embora necessária, não será capaz de eliminar integralmente o prejuízo decorrente dos pagamentos que venham a ser efetuados e da própria mobilização administrativa para uma contratação flagrantemente irregular.

O perigo é concreto e objetivo: a cada dia que a Administração avança sem o devido escrutínio de seus atos, aumenta-se o risco de dano ao erário. A medida cautelar, neste contexto, surge como o único instrumento eficaz para preservar a utilidade de uma futura decisão de

mérito, obstando preventivamente a contratação e garantindo que os recursos públicos não sejam empenhados em um procedimento repleto de indícios de ilegalidade. A não atuação imediata desta Corte de Contas significaria anuir com a possibilidade real de prejuízo, em detrimento do interesse público primário.

DO PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR

Diante do exposto, com fundamento no art. 288 e seguintes do Regimento Interno do TCM-GO e no poder geral de cautela, requer-se a concessão de **MEDIDA CAUTELAR**, *inaudita altera pars*, para o fim de:

- a. **DETERMINAR** a imediata **SUSPENSÃO** de todo e qualquer ato tendente à adesão do Município de Goiânia à Ata de Registro de Preços oriunda do pregão eletrônico do DETRAN/PI ou outra instituição pública, para a contratação da empresa Jardiplan Urbanização e Paisagismo;
- b. **PROIBIR** a assinatura de qualquer contrato ou instrumento congênere decorrente do referido processo de adesão, bem como o início de sua execução e a realização de quaisquer pagamentos, até a decisão de mérito desta Representação;
- c. **DETERMINAR** a comunicação urgente da presente decisão ao Prefeito do Município de Goiânia e ao Secretário Municipal de Engenharia de Trânsito – SET, para cumprimento imediato.

DOS PEDIDOS FINAIS

Ao final, após o regular processamento do feito, requer-se:

- a) O recebimento e a autuação da presente Representação;
- b) A confirmação, no mérito, da medida cautelar pleiteada, para anular em definitivo o processo de adesão à Ata de Registro de Preços;

c) A determinação de diligências para a completa elucidação dos fatos, incluindo a requisição do processo administrativo integral e do parecer da PGM;

d) A apuração da responsabilidade dos gestores envolvidos, com a aplicação das sanções cabíveis, em especial pela prática de ato com erro grosseiro, nos termos do art. 28 da LINDB;

e) A comunicação ao Ministério Público de Contas, para as providências que entender cabíveis.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial a prova documental já acostada e a que vier a ser produzida no curso da instrução processual, bem como a prova técnica, caso se mostre necessária.

Termos em que,

Pede deferimento.

Goiânia, 22 de janeiro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Fabício Silva Rosa, CD - G**FabícioRosa, em 22/01/2026 09:06:28.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/01/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.camaragyn.go.gov.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 170611

Código de Autenticação: 932e0baa8d





ANUNCIE AQUI

O Popular

ASSINE AGORA

ÚLTIMAS

POLÍTICA

CIDADES

ESPORTE

ECONOMIA

E-BOOKS

VÍDEOS

STORIES

ENQUETES



CLUBE



DIGITAL

35

Empresa de sinalização será recontratada sem licitação pela Prefeitura de Goiânia

A empresa já foi contratada em 2024 por R\$ 30,8 milhões na gestão de Rogério Cruz. Em 2025, a prefeitura tentou contratar outra empresa por R\$ 167 milhões e foi barrada pelo TCM-GO.

**Veja o foto**

Foto de 2026 às 22:33

Atualizado em 16/01/2026, 22:43



Sinalização no cruzamento da Rua Luiz de Matos com a Rua C-83, no Setor Sudoeste: situação é usada para justificar contratação (Wildes Barbosa / O Popular)

Continue Lendo

Mais Lidas

1 Empresa de sinalização será recontratada sem licitação pela Prefeitura de Goiânia

2 Guanabara City faz primeira venda internacional após sucesso na Copinha

3 Carro cai em erosão após asfalto ceder em Goiânia; vídeo

4 IPTU Goiânia: Veja como o boleto para pagamento com desconto à vista é de 10%

taria Municipal de Engenharia de Trânsito (SET) de Goiânia está contratando por R\$ 13,3 s, sem licitação própria, a Jardiplan Urbanização e Paisagismo, de Itapetininga (SP), para [s de implantação e manutenção de sinalização vertical](#), horizontal e dispositivos auxiliares sito. A empresa é a mesma que integrava um consórcio que a secretaria tentou contratar, n sem licitação própria, por R\$ 167,2 milhões em 2025, e que teve de suspender o processo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO) apontar irregularidades.

ato de agora com a Jardiplan é por meio de uma adesão a ata de registro de preços (ARP) de ação eletrônico feito pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran) do Piauí. A mesma ata la em maio de 2024, no último ano da gestão do prefeito Rogério Cruz (SD), para contratar a a por R\$ 25,5 milhões. A adesão a uma licitação é um procedimento previsto em lei que foi e usado na gestão de Rogério e que, apesar de ter sido criticada pelo atual mandatário, Mabel (UB), foi retomada pelas secretarias municipais no segundo semestre de 2025.

radoria-Geral do Município (PGM), por meio da Procuradoria Especializada de Assuntos strativos, entregou um relatório para a SET apontando problemas no novo processo de ação da Jardiplan. O mais grave é que, por não haver uma demanda específica, não caberia a ação por adesão. A recomendação é que se adeque o objeto para contemplar a prestação de certo e determinado, definida a partir de levantamento técnico. No processo, a SET trata de s de forma mais genérica, sem especificar quantidades e pontos a serem trabalhados.

Também

[Ires são derrubados na GO-164; vídeo](#)

[Ieça a cidade goiana com maior fiscalização eletrônica do país](#)

[tação camufla sinalização nas ruas de Goiânia; motoristas multados podem recorrer](#)

ão à ata não é o instrumento jurídico adequado para contratação de serviço minado/imprevisível", explica a PGM. "A adesão a ata de registro de preços requer imento da ação, com levantamento das reais necessidades da administração contratante, admitindo a contratação baseada tão-somente na demanda originalmente estimada pelo erenciador. Dessa forma, se o objeto pretendido não for certo e determinado a adesão a ARP instrumento jurídico adequado, devendo a solicitante realizar licitação específica para tal."

uede que a secretaria justifique melhor e mais detalhadamente dentro do processo de ação a necessidade de fazer a adesão à ARP, colocando nos autos "informações técnicas que iem a insuficiência do contrato vigente para atender à demanda atual". Atualmente, está em n contrato com a Planex Engenharia, de Goiânia, de R\$ 11,9 milhões por ano, assinado em renovado por mais 12 meses em março de 2025. Consta no portal de transparência da ira, que, desta última renovação, a SET só usou R\$ 1,65 milhão em serviços.

problema é quanto à contratação do tópico previsto na ata chamado de "administração local", 1 milhão, referente a serviços que envolvem gerência técnica e administrativa e controle das de trabalho da empresa. Este item é unitário na ata e a legislação limita a contratação a 50% i. Para a PGM, a adesão a este item é "inviável" do ponto de vista jurídico e, após a retirada erviço do contrato, serão necessárias "adequações nos estudos técnicos e autorizações por a empresa a ser contratada e do ente gerenciador" da ata de registro de preço.

o despacho, a Secretaria Municipal de Administração (Semad) reforça que a ata do Detran do stá vigente até 26 de janeiro e que o contrato da SET com a Jardiplan precisa estar efetivado a data, caso contrário não será possível a adesão. Até o momento, a SET não protocolou as ções pedidas pela PGM, e nem o contrato foi publicado no Diário Oficial do Município (DOM). a, a secretaria afirmou que responderá ao ofício da PGM informando que vai atender as ias apresentadas.

co

i teve três contratos com empresas distintas em vigor envolvendo serviços de sinalização. O ex é o único ainda valendo. Um com a Neo Consult Comércio e Serviços, de Goiânia, assinado 0 por R\$ 39,9 milhões anuais venceu em agosto de 2025. E houve outro, com a própria n, assinado em junho de 2024, que venceu em maio do ano passado. Originalmente, este o tinha o valor de R\$ 25,4 milhões, mas foi aditivado em novembro com mais R\$ 5,4 milhões. cidência, na época, ainda na gestão de Rogério, a secretaria aderiu à mesma ata de agora.

do processo administrativo para a contratação, a SET alega que mesmo quando os contratos res estavam todos valendo não atendiam plenamente a demanda real da pasta, "não plando a escala e a celeridade impostas pelos atuais programas de infraestrutura e pelas liretrizes do trânsito goianiense". "Naquele momento, a capacidade operacional combinada s empresas já se revelava insuficiente para atender ao volume de serviço no tempo exigido, ndo em atrasos na sinalização de vias essenciais e na manutenção de condições de risco."

com apenas o da Planex em vigor, a SET diz que a situação está ainda mais crítica. "Se a lade somada dos contratos anteriores já era inadequada, a dependência de um único o agora torna a necessidade de uma contratação complementar ainda mais premente e el para fazer frente à alta demanda contínua", informou em um despacho assinado em ro. Em setembro, quando desistiu de contratar a Jardiplan por R\$ 167,2 milhões, a secretaria ue também contava com duas equipes próprias de sinalização.

o tentou contratar a Jardiplan no ano passado, a SET estava aderindo a uma ata de registro de e um pregão eletrônico feito pelo Consórcio Público Intermunicipal das Mesorregiões Norte e aranhense (Conleste). Além dos problemas encontrados pelo TCM-GO, a adesão ia contra terminação de Mabel, que no começo da gestão tinha suspenso esse tipo de contratação, do a forma como se realizava na gestão de seu antecessor. As adesões voltaram a ser as em setembro.

ntar irregularidades na adesão à ata da Conleste, o TCM-GO citou o contrato assinado em m a Neo Consult e que vinha sendo aditivado desde então. O tribunal lembrou que este o de quase seis anos atrás foi o último feito "mediante processo licitatório regular" e que as s a atas deveriam ser uma "exceção", "nunca podendo ser utilizadas como mecanismo de

a licitação". No caso analisado, o órgão viu indícios de superfaturamento em quatro itens, sendo um possível prejuízo de R\$ 9,76 milhões.

Embora, a coluna Giro, do **POPULAR**, informou que a Prefeitura preparava um processo licitatório avaliado em cerca de R\$ 100 milhões para lançar o projeto Sinaliza Goiânia, com o objetivo de ampliar e modernizar a sinalização horizontal e vertical do trânsito. Questionada pelo **AR** nesta semana, a SET informou que o edital desta licitação se encontra concluído e deve ser publicado em breve, sem, entretanto, apontar uma data. A pasta também garante que, quando a empresa vencedora da licitação começar o serviço, o contrato por adesão será cancelado.

Em resposta ao jornal, a SET disse que não haver nenhum contrato vigente para a prestação desse serviço e não citou o da Planex, que por outro lado é citado nos documentos internos do processo licitatório. A pasta defende que a adesão é "necessária para que a sinalização viária e urbana seja realizada de forma adequada para a segurança de motoristas e pedestres". "A atual gestão já recapeou mais de 100 quilômetros de vias e apenas nesta semana assinou três ordens de serviço com previsão de recapeamento de 62 quilômetros. Todas as vias recapeadas precisam ser sinalizadas."

Dentro do processo interno, a SET cita além do recapeamento outras intervenções que afetam o trânsito e incluem serviços de sinalização, como o avanço dos cruzamentos com direita livre, que pode ser instalado em mais de 350 pontos em Goiânia, e a liberação das motos em corredores de ônibus.

Em resposta ao jornal, a SET ressalta que a Jardiplan está há mais de 50 anos no mercado e é uma empresa nacional em sinalização horizontal e vertical", com experiência em contratos públicos. "A contratação por essa empresa envolve exclusivamente capacidade operacional e histórico de qualidade de trabalho."



Newsletter

Escolha seus assuntos favoritos e receba em primeira mão as notícias do dia.

Notícias do Atlético	<input type="checkbox"/> Notícias do Goiás E. C.	<input type="checkbox"/> Notícias do Vila Nova
Destques do Impresso	<input type="checkbox"/> Podcast Giro 360	<input type="checkbox"/> Economia Goiana
Edição de Domingo	<input type="checkbox"/> Crônicas da Semana	

[Públicos](#)
[Empresa de sinalização](#)
[Sem licitação](#)
[Contrato](#)
[Prefeitura de Goiânia](#)
[Jardiplan](#)
[TCM-GO](#)
[Goiânia](#)

EM



S



REENCONTRO



BASE